

Hidroviias do Brasil – Vila do Conde S.A.

CNPJ/MF nº 13.574.672/0001-52

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$)			
Ativos	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	153.464	26.393
Títulos e valores mobiliários	5	23.433	110.845
Contas a receber de clientes	6	11.476	23.499
Estoques	7	55.738	51.247
Impostos a recuperar	8	120.688	73.686
Contas a receber de partes relacionadas	16	19.404	3.020
Despesas antecipadas e adiantamentos		6.618	7.488
Subvenção governamental a receber	26	26.675	26.675
Outros ativos		1.904	30.153
Total do ativo circulante		419.400	353.006
Contas a receber de clientes	6	4.000	4.800
Impostos a recuperar	8	43.800	81.038
Despesas antecipadas e adiantamentos		–	702
Contas a receber de partes relacionadas	16	299.480	196.641
Depósitos judiciais		45.339	30.828
Ativos fiscais diferidos	23	19.512	29.622
Subvenção governamental a receber	26	32.033	–
Outros ativos		15.597	–
Imobilizado	9	1.424.654	1.441.472
Intangível	10	36.733	21.872
Bem de direito de uso	11	138.604	21.239
Total do ativo não circulante		2.059.752	1.828.034
Total do ativo		2.479.152	2.181.040

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Hidroviias do Brasil – Vila do Conde S.A. (“Companhia”), localizada na Av. Verde e Branco, S/N – Itapanema, Barcarena-PA, constituída em 21 de março de 2011, tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ao provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nesses ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.

2. Base de preparação de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a) Base de preparação: Estas demonstrações financeira referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Diretoria em 23 de julho de 2024 e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. b) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. c) Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. d) Arredondamento de valores: Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. e) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 3 (c) – Reconhecimento de receita. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 9 – Vida útil dos ativos imobilizados. • Nota Explicativa nº 10 – Vida útil dos ativos intangíveis; • Nota Explicativa nº 22 – Reconhecimento de ativos diferidos; • Nota Explicativa nº 23 – Instrumentos Financeiros. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Para o exercício de 2023 não houve transferências entre níveis de hierarquia do valor justo. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 24 – Instrumentos financeiros. f) Reforma Tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finali-

zação do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. g) Impactos das mudanças climáticas: As mudanças climáticas figuram entre os principais riscos globais, de acordo com o World Economic Forum (WEF) e devem impactar severamente diversos países e modelos de negócio. Diante deste contexto, a estratégia da Companhia dispõe de uma abordagem de clima orientada pela percepção da resiliência do seu negócio e para a mitigação de aspectos que contribuem para as alterações climáticas. Na frente de mitigação, especificamente, a Companhia opera por meio do modal hidroviário, considerado carbono eficiente, já que suas emissões de gases de efeito estufa são inferiores a outros modais, como o rodoviário e ferroviário. Para além do seu modelo de negócios, a Companhia dispõe de metas relativas à descarbonização, que envolvem projetos para redução de emissões, bem como gestão e controle destes indicadores. O modal hidroviário é uma importante alternativa para contribuir para os desafios globais e para as metas brasileiras relativas às ações de mitigação em relação às mudanças do clima. Trata-se de uma opção mais eficiente no uso de combustível por tonelada de carga transportada, que corrobora para o menor impacto relativo a emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em comparação aos demais modais. Além de operar sob este modelo, a gestão de emissões de GEE e a mitigação de impactos integram o planejamento estratégico da Companhia, que compreende metas de redução e iniciativas para tornar-se Net Zero nos próximos anos. Para suportar essa estratégia, a Hidroviias do Brasil – Vila do Conde dispõe de um Programa de Gerenciamento de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que compreende uma série de iniciativas, como treinamentos, reuniões de engajamento, auditorias, acompanhamento das metas, implementação de projetos de mitigação e compensação, e reporte interno e externo, entre outras. O inventário de gases de efeito estufa da Hidroviias é verificado por terceira parte e publicado no Programa Brasileiro do GHG Protocol, na categoria ouro. Por fim, a fim de disseminar suas ações, potencializar suas contribuições e promover uma atuação ainda mais estratégica na sociedade, a Companhia estruturou uma diretrix de atuação social, alinhada aos compromissos assumidos e às melhores práticas, definidas por padrões socioambientais, como os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC). **3. Principais políticas contábeis** – As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação desta demonstração financeira individual estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **(a) Mudança nas políticas contábeis:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **(b) Novas normas e interpretações:** **i) Emitidas e vigentes:** Uma série de novas normas se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substituiu o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. A Companhia avaliou o conteúdo e modificações deste pronunciamento e não identificou impactos. **Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **CPC 23/IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis:** O IASB emitiu alterações no IAS 8, referente a substituição do termo “mudança de estimativa contábil”, as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízo/Lucro acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	519.596	–	–	(245.827)	273.769
Lucro do exercício	–	–	–	258.787	258.787
Reserva legal	–	648	–	(648)	–
Integralização de capital	450.000	–	–	–	450.000
Reserva de incentivo fiscal	–	–	8.906	(8.906)	–
Destinação de reserva de incentivo fiscal	–	–	(8.906)	8.906	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	969.596	648	–	12.312	982.556
Lucro do exercício	–	–	–	205.766	205.766
Reserva de incentivo fiscal	–	–	16.837	(16.837)	–
Reserva legal	–	9.446	–	(9.446)	–
Outros	–	–	–	435	435
Saldos em 31 de dezembro de 2023	969.596	10.094	16.837	192.230	1.188.757

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20 736.966	747.395
Custos dos serviços prestados	21 (429.709)	(380.378)
Lucro bruto	307.257	367.017

Demonstrações do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	205.766	258.787
Lucro (Prejuízo) do exercício	205.766	258.787
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisões para bônus e gratificações	12.930	7.917
IR e CS corrente e diferido (nota 23)	65.324	72.991
(Constituição) Reversão da provisão de contingência (nota 15)	19.706	5.295
Juros incorridos nos empréstimos (nota 13)	46.070	63.661
Juros apropriados – arrendamentos (nota 11)	12.490	2.123
Juros incorridos sobre mútuo – receitas	32.126	–
Atualização monetária e cambial sobre a dívida e passivo de arrendamento	(79.866)	(110.010)
Rendimento de aplicação financeira	(5.739)	16.211
Depreciação e amortização (nota 21)	116.681	104.000
Amortização do bem de direito de uso (nota 21)	23.523	8.920
Perdas por impairment (nota 21)	–	24.740
Baixas de ativos por perda	515	149

(Aumento) redução nos ativos operacionais:

Contas a receber	12.823	1.081
Estoques	(4.491)	(12.182)
Impostos a recuperar	34.983	(14.634)
Despesas antecipadas e adiantamentos	1.580	12.441
Depósitos judiciais	(14.511)	(21.599)
Outros ativos	(15.528)	85
Outras contas a receber entre partes relacionadas	(95)	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(15.393)	16.883
Obrigações sociais e trabalhistas	(4.672)	(1.812)
Obrigações tributárias	(825)	27.122
Adiantamentos de clientes	(12.405)	12.264
Outras contas a pagar	4.412	(1.691)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 13)	(43.831)	(80.125)
Imposto de renda e contribuição pagos	(69.363)	(69.710)
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(4.160)	–

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	318.050	322.907
--	----------------	----------------

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aquisição de ativo imobilizado	(98.773)	(84.795)
Aquisição de ativo intangível	(6.116)	(14.110)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado	1.242	–
Títulos e valores mobiliários (aplicação)	(178.804)	(813.480)
Títulos e valores mobiliários (resgates)	271.955	1.067.892
Mútuo concedido entre partes relacionadas	(151.434)	(165.460)

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(161.930)	(9.953)
---	------------------	----------------

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Amortização de principal – empréstimos	–	(626.766)
Aumento de capital	–	450.000
Arrendamento pago (nota 11)	(29.049)	(10.574)
Outras contas a pagar com partes relacionadas	–	(102.520)

Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento

Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(29.049)	(289.860)
--	-----------------	------------------

Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa

Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	127.071	23.094
---	----------------	---------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do período

Caixa e equivalentes de caixa no início do período	26.393	3.299
--	--------	-------

Caixa e equivalentes de caixa no final do período

Caixa e equivalentes de caixa no final do período	153.464	26.393
---	---------	--------

Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa

Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	127.071	23.094
---	----------------	---------------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ou trimestral, dependendo de cada contrato, para a prestação de serviços de logística pela Companhia. Nos casos em que os serviços prestados em cada exercício do relatório são inferiores à quantidade mínima esperada, a Companhia estima se o cliente poderá cumprir com a capacidade previamente contratados ainda dentro do exercício corrente com apurações trimestrais e anuais. **(d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(e) Instrumentos financeiros e de patrimônio:** **a. Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **b. Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de

continua ...

caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza investimentos de acordo com a política de gestão de caixa. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **c. Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contra-prestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **ii) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iii) Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iv) Desreconhecimento: 1. Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferir nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transferir ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **2. Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **v) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **vi) Capital social – Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **(f) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor

recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposito. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(g) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **(h) Redução ao valor recuperável de ativos: • Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de Contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de balanço e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As estimativas para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como risco e inadimplência quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da estimativa para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A estimativa para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia (exceto estoques e ativos fiscais diferidos) são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ativo de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado,

líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(i) Benefícios a empregados: Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios que estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade de volta, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **(j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(k) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, mútuos e arrendamento. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais abrangem as receitas e despesas nas transações com as empresas do exterior, no qual as moedas funcionais são Dólar (USD) e Euro (EUR), quando a moeda local é Real (BRL). **(l) Imposto de renda e contribuição social:** Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ativo. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **(m) Subvenção e assistência governamentais:** Uma subvenção governamental incondicional relacionada é reconhecida no resultado como "Outras Receitas" quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como "Outras Receitas", em base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras Receitas" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Explicação para a Companhia ao qual apresentou Lucro Contábil, e consequentemente, a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. **(n) Arrendamentos:** Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de

acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **(o) Novas normas e interpretações efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, na data de início de um arrendamento dos ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. A Companhia avaliou o conteúdo e modificações deste pronunciamento e não identificou impactos. **CPC 23/IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis:** O IASB emitiu alterações no IAS 8, referente a substituição do termo "mudança de estimativa contábil", as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa e conta corrente	5.737	8.353
Bancos conta depósitos	147.727	18.040
Total	153.464	26.393

5. Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Fundo PP Portfolio RF (a)	22.166	58.929
Fundo de Vip Cambial (b)	–	49.731
Fundo de Direitos Creditórios (FIDC) (c)	1.267	2.185
Total	23.433	110.845

(a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 103,11% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (106,24% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. **(b)** Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Vip Cambial, referenciado na variação cambial do dólar americano – Ptax800, com rentabilidade média de (2,51%) em 31 de dezembro de 2023 (3,31%) em 31 de dezembro de 2022 ou 3,39% em relação à variação da Ptax no mesmo período). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais. **(c)** Aplicações financeiras que representam investimentos no FIDC Upside, com rentabilidade média de (39,77%) em 31 de dezembro de 2023 (27,80%) em 31 de dezembro de 2022). A carteira do fundo é composta por cessão de direitos creditórios e cotas de fundos compostos exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. **6. Contas a receber de clientes – 6.1 Composição dos saldos**

	2023	2022
Contas a receber registradas no exterior	1.327	8.872
Contas a receber registradas no Brasil	14.149	19.427
Total	15.476	28.299
Circulante	11.476	23.499
Não circulante	4.000	4.800

6.2 Composição do contas a receber por idade de vencimento

	2023	2022
A vencer	14.114	21.336
Vencidos até 30 dias	1.360	6.963
Vencidos de 31 a 60 dias	2	–
Total	15.476	28.299

A Companhia entende que o risco de crédito é baixo conforme histórico e, por essa razão julgou-se que não era necessário a constituição de uma perda estimada. **7. Estoques**

	2023	2022
Peças de Reposição	32.612	24.139
Combustível	7.960	12.988
Almoxarifado	7.407	6.905
Materiais de Consumo e Almoxarifado	6.469	4.762
Lubrificantes	1.690	2.453
Total	55.738	51.247

8. Impostos a recuperar

	2023	2022
IRPJ/CSLL (a)	133.562	101.866
IRRF s/ aplicação financeira (b)	6.287	3.353
PIS/COFINS (c)	24.006	49.162
ISS	633	343
Total	164.488	154.724
Ativo circulante	120.688	73.686
Ativo não circulante	43.800	81.038

(a) O imposto de renda e a contribuição social são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, ao lucro real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela Companhia. Parte do crédito de IRPJ e CSLL decorre de antecipações de impostos ocorridas em anos anteriores, que foram superiores aos impostos devidos apurados no final de cada exercício, gerando assim um saldo ativo a compensar com outros tributos federais ou a restituir conforme legislação vigente. Os saldos negativos de anos anteriores são compensados com outros tributos federais, com critérios preestabelecidos pela legislação vigente, bem como são objeto de pedidos de ressarcimento/restituição. **(b)** As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras realizadas pela Companhia, são reconhecidas conforme informações prestadas pelas instituições financeiras. **(c)** As contribuições do PIS e da COFINS decorrem dos créditos apropriados sobre as aquisições de combustível e sobre a contratação de serviços, aluguel, entre outros.

Os créditos são compensados mensalmente com os débitos apurados nas prestações de serviços ou trimestralmente com os débitos de outros tributos federais através de compensação via PER/DCOMP no prazo máximo de cinco anos. Nos últimos meses a Companhia se beneficiou de créditos de PIS/COFINS de exercícios anteriores. **9. Imobilizado** – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Instalações e Móveis		Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores, barcas e navios	Imobilizado em andamento	Total
	Terrenos	Edifícios						
Saldo em 31/12/2022	76.164	449.604	28.955	350	176.628	3.013	156.429	1.441.472
Adições	-	-	1.077	113	3.477	1.073	-	107.779
Baixas	-	-	(511)	-	-	-	(1.246)	(1.757)
Transferências	7.919	819	14.317	1.220	13.633	6.812	(110.708)	(11.801)
Depreciação	-	(24.251)	(9.990)	(76)	(42.231)	(2.361)	(32.130)	(111.039)
Saldo em 31/12/2023	84.083	426.172	33.848	1.607	151.507	8.537	628.907	89.993.142.424.654
Custo histórico	84.083	606.369	52.986	1.798	434.650	14.485	271	769.260
Depreciação acumulada	-	(180.197)	(19.138)	(191)	(283.143)	(5.948)	(271)	(629.241)
Taxa anual de depreciação – %	-	4	10	10	10	25	20	25

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment”:
De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ao final de cada período de reporte, a Administração avalia se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização que exija a necessidade de constituição de uma estimativa de perda ao valor recuperável de ativos (“impairment”) para refletir seu valor de realização. Com isso, é avaliado ao mínimo, os indicativos abaixo:
• Se há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
• Se mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
• Se o ativo está em funcionamento conforme planejado e/ou se ocorrerem mudanças durante o exercício que indique que o desempenho econômico será abaixo do esperado. Com base na avaliação realizada, a Administração não identificou indicativos de desvalorização sobre os ativos para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração realizou estudo e identificou a necessidade de provisão para redução do saldo contábil da parte do que seria a operação de Logística de Sal em que não há expectativa de retorno sobre o investimento, já que, em 2023, a Companhia assumiu a inviabilidade de realizar a operação de logística de sal no Rio Grande do Norte nos moldes inicialmente pensados, em razão de óbice regulatório intransponível. Em face ao exposto acima, a Companhia registrou provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 24,740. **10. Intangível** – A composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Intangível em andamento		Total
	Software	Intangível em andamento	
Saldo em 31/12/2022	7.899	13.973	21.872
Adições	-	8.702	8.702
Transferências	18.416	(6.615)	11.801
Amortização	(5.642)	-	(5.642)
Saldo em 31/12/2023	20.673	16.060	36.733
Taxa anual de amortização – %	20	-	-
Custo histórico	34.261	16.060	50.321
Amortização acumulada	(13.588)	-	(13.588)

11. Bem de direito de uso – a) Direito de Uso: A composição e movimentação do ativo de bem de direito de uso em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Embarcações	
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Ativo – Direito de Uso	21.239	21.239
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	113.453	113.453
Novos contratos	28.170	28.170
Admissões temporárias (a)	(24.258)	(24.258)
Amortização	138.604	138.604
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	138.604	138.604

b) Passivo de arrendamento: Abaixo a movimentação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Passivo – Arrendamento a Pagar	
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Ativo – Direito de Uso	25.374	25.374
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	4.785	4.785
Novos contratos	(8.920)	(8.920)
Amortização	21.239	21.239
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	21.239	21.239
a) Trata-se da permissão da permanência de bens estrangeiros no país, por prazo determinado, com suspensão de tributos ou com pagamento proporcional deles, em relação ao tempo de permanência.		
b) Passivo de arrendamento: Abaixo a movimentação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022:		
Passivo – Arrendamento a Pagar	23.935	23.935
Saldo em 31 de dezembro de 2022	113.451	113.451
Adições	12.490	12.490
Apropriação de encargos financeiros	(29.049)	(29.049)
Pagamento	(8.131)	(8.131)
Varição cambial	112.696	112.696
Saldo em 31 de dezembro de 2023	112.696	112.696
Circulante	14.840	14.840
Não circulante	97.856	97.856
Passivo – Arrendamento a Pagar	23.935	23.935
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.601	27.601
Constituição	4.785	4.785
Apropriação de encargos financeiros	2.123	2.123
Pagamento do principal	(10.574)	(10.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.935	23.935
Circulante	7.349	7.349
Não circulante	16.586	16.586
Cronograma de vencimento dos arrendamentos:		
Ano	2023	2022
2024	14.840	14.840
2025	14.488	14.488
2026	15.677	15.677
2027 em diante	67.691	67.691
Total	112.696	112.696

12. Fornecedores 2023 2022
Fornecedores nacionais 45.300 49.985
Fornecedores estrangeiros 1.412 528
Total 46.712 50.513

tário da carga, sendo indevida a cobrança. A limitação e a deferência de 27 de outubro de 2021 em relação ao valor depositado e à apresentação do relatório. Apesar da suspensão da exigibilidade dos débitos em razão da segurança concedida, a Prefeitura de Itaituba permanece lavrando autos de infração, que são devidamente impugnados: (i) Mandando de Segurança em face da Prefeitura de Itaituba nº 0803412-32.2021.8.14.0024 requerendo liminar para suspensão da exigibilidade da taxa, com depósito administrativo do valor questionado no montante de R\$ 2.814; (ii) Processos judiciais instaurados a partir de impugnações a autos de infração lavrados ainda sem decisão definitiva, cujos valores somados são R\$ 25.648. Há ainda autos de infração lavrados a fim de interromper a prescrição de valores relacionados à exigência de ICMS em operações que fazem parte da cadeia de exportação, totalizando R\$ 154.149. A Companhia possui outros processos diversos de natureza tributária, classificados como perda possível, cujo montante estimado é de R\$ 16.378. **Regulatório:** Representado por: (i) ação civil pública proposta em 2016, ainda sem decisão de primeira instância, solicitando o acréscimo de formalidades para revisão da concessão da licença ambiental de empresas da região, incluindo a Companhia; (ii) Auto de infração que discute transbordo ao largo, valor envolvido R\$ 1.239, recebido em 2020 e ainda aguardando decisão administrativa. **16. Partes relacionadas – a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 1.059 (R\$ 1.267 em 31 de dezembro de 2022), sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais, R\$ 1.051 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo (R\$ 1.238 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 27 a benefícios de assistência médica (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2022). Os valores de partes relacionadas referem-se a transações sob condições específicas, definidas internamente pela Companhia. **b) Transações entre partes relacionadas**

	Ativos		Passivos	
	2023	2022	2023	2022
Cabotagem (a) (f)	16.453	148	-	-
Hidroviros do Brasil S.A. (a) (g)	54.276	1.143	(4.946)	(8.050)
Hidroviros Intermediação	-	-	-	-
Serviços (a)	38	38	(503)	(503)
Marabá S.A. (a)	30	29	-	-
Resflir (b)	168	168	(400)	(432)
Girocortex (c)	-	-	(5.610)	(6.040)
Pricolpar (c)	-	-	(639)	(1.117)
Cikelsol (b)	39	39	(1.488)	(1.604)
Adm Portuária Santos S.A. (a) (e)	245.861	195.897	-	-
International Finance S.A. (d)	2.019	2.019	-	-
Total	318.884	199.481	(13.586)	(17.746)
Circulante	19.404	3.020	(13.586)	(17.746)
Não Circulante	299.480	196.461	-	-
(a) A Companhia utiliza-se de serviços administrativos compartilhados, pessoal, recursos tecnológicos e infraestrutura, como: (i) custos de folha de pagamento, (ii) estrutura de TI/software e (iii) custos de aluguel (iv) processamento de notas, contabilidade e auditoria, que são repassados entre as empresas do Grupo; (b) A Companhia possui passivos de contratos de afretamento (leasing) com outras empresas, cujo objeto é o afretamento de empurradores para ser utilizado na navegação e movimentação das barcas através das hidroviros. A Companhia utiliza-se de serviços administrativos que foram registrados no ativo a receber; (c) Referem-se somente aos contratos de afretamento (leasing) com outras empresas, cujo objeto é o afretamento de empurradores para ser utilizado na navegação e movimentação das barcas através das hidroviros registrados no passivo. (d) A Companhia registrou um passivo de mútuo em 30 de junho de 2021 com a Hidroviros International Finance. O prazo para pagamento é de 12 meses contando a partir da data do desembolso do mutuante. A Companhia utiliza-se de serviços administrativos que foram registrados no ativo a receber. (e) Refere-se a mútuo concedido para Hidroviros Administração Portuária Santos S.A. no montante de R\$ 245.589 com prazo para liquidação em até 5 anos de acordo com cada contrato e cobrança de juros e apresentados no resultado de operações com partes relacionadas. (f) Refere-se a mútuo concedido para a Hidroviros do Brasil – Cabotagem Ltda. no montante de R\$ 16.000 com prazo para liquidação em até 1 ano de acordo com cada contrato e cobrança de juros e apresentados no resultado de operações com partes relacionadas. (g) Refere-se a mútuo concedido para Hidroviros do Brasil S.A. no montante de R\$ 50.000 com prazo para liquidação em até anos de acordo com cada contrato e cobrança de juros e apresentados no resultado de operações com partes relacionadas.				

	Resultado	
	2023	2022
Receita:	-	-
Hidroviros Intermediação (a)	16	169
Cabotagem (b)	16	16
Total	32	185

	Despesa:	
	2023	2022
Girocortex (b)	-	10.918
Cikelsol (b)	2.443	10.001
Resflir (b)	4.887	10.531
Pricolpar (b)	2.046	9.373
Total	9.376	40.823

(a) Trata-se de serviços de transporte; (b) Trata-se de despesas de aluguel dos modais para movimentação e armazenamento de mercadorias. **17. Capital social** – Em 31 de agosto de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$450.000 mediante emissão de 450.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023, o capital social era de R\$ 969.596.446 (R\$ 969.596.446 em 31 de dezembro de 2022), representado por 969.596.446 (969.596.446 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 está detalhada a seguir:

	2023		2022	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionistas				
Hidroviros do Brasil – Holding Norte S.A. (“HB Holding Norte”)	969.596.446	100	969.596.446	100
Total	969.596.446	100	969.596.446	100

Reserva Legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu o montante de R\$ 9.446 de reserva legal. **Reserva de Incentivo Fiscal:** De acordo com CPC 07 registramos o incentivo fiscal conforme descrito na nota explicativa nº 25. **Dividendos:** Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76. **18. Compromissos e garantias** – Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com os nossos clientes com requisitos mínimos de volume e taxas fixas de frete. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto. A Companhia possui contratos de longo prazo com os seguintes clientes: 1. SODRU, com um adendo de contrato mantendo o propósito do contrato vigente, com validade de 10 anos a partir de fevereiro de 2017. 2. COFCO, com validade de 10 anos a partir de 2016 (estendido para 2031). **19. Receita operacional líquida**

	2023		2022	
	Valor Líquido	Passivo Diferido	Valor Líquido	Passivo Diferido
Serviços de elevação	298.540	249.692	-	-
Serviços de transbordo	51.651	88.636	-	-
Serviços de transporte	387.708	392.640	-	-

	2023		2022	
	Valor Líquido	Passivo Diferido	Valor Líquido	Passivo Diferido
Outras receitas	35.447	55.226	-	-
Total da receita bruta	773.346	786.194	773.346	786.194
ISS	(17.634)	(19.214)	-	-
PIS	(2.653)	(3.020)	-	-
COFINS	(11.731)	(14.157)	-	-
ICMS	(4.362)	(2.408)	-	-
Subtotal dos impostos	(36.380)	(38.799)	(36.380)	(38.799)
Total da receita líquida	736.966	747.395	736.966	747.395
20. Custos e despesas por natureza	2023	2022	2023	2022
Salários, encargos e benefícios	(130.693)	(106.721)	-	-
Depreciações e amortizações	(140.204)	(112.920)	-	-
Manutenção	(23.768)	(18.125)	-	-
Combustível	(76.554)	(89.514)	-	-
Serviços de Informática	(9.585)	(2.216)	-	-
Serviços de terceiros	(32.478)	(29.227)	-	-
Perdas por impairment	-	(24.740)	-	-
Aluguéis	(2.110)	(2.513)	-	-
Frete	(166)	(58)	-	-
Viagens e Passagens	(4.091)	(3.104)	-	-
Copa e cozinha	(4.407)	(3.437)	-	-
Agenciadores	(810)	(793)	-	-
Operacionais e segurança	(16.520)	(11.619)	-	-
Taxas diversas	(3.846)	(3.055)	-	-
Materiais operacionais	(24)	(9)	-	-
Seguros	(9.087)	(9.570)	-	-
Processos judiciais	(27.705)	(5.295)	-	-
Outras (despesas) receitas	(50.473)	(32.855)	-	-
Total	(532.521)	(455.798)	(532.521)	(455.798)
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	(429.709)	(380.378)	-	-
Gerais e administrativas	(102.812)	(50.680)	-	-
Perdas por impairment	-	(24.740)	-	-
Total	(532.521)	(455.798)	(532.521)	(455.798)

21. Resultado financeiro
Receitas financeiras
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 17.427 2.327
Juros s/ mútuo 33.372 15.624
Juros sobre outros ativos 1.368 51
Total de Receitas financeiras 52.167 18.002
Despesas financeiras
Juros s/ empréstimos, mútuos e arrendamento (58.425) (63.661)
Perdas com investimento - (18.135)
Outras (5.965) (6.238)
Total de Despesas financeiras (64.390) (88.034)
Variações Monetárias e Cambiais
Receitas 190.916 125.208
Despesas (112.012) (115.198)
Total Variações Monetárias e Cambiais, líquida 78.904 110.010
Resultado financeiro líquido 66.681 39.978

22. Impostos de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a Companhia ao qual apresentou Lucro Contábil, e consequentemente a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização. Para o ano calendário 2023, a Companhia optou pela apuração do Lucro Real através da metodologia Trimestral, conforme apresentado nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais apresentadas à Receita Federal do Brasil, por este motivo no quadro a seguir são apresentadas as demonstrações dos cálculos do IRPJ e CSLL do primeiro ao quarto trimestre do ano calendário em questão.

	2023		2022	
	Valor Líquido	Passivo Diferido	Valor Líquido	Passivo Diferido
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	271.090	331.778	-	-
Alíquota nominal	34%	34%	-	-
IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal	(92.171)	(112.805)	(92.171)	(112.805)
Ajustes Permanentes:				
Despesas indutíveis	(3.227)	(10)	-	-
Outros ajustes:				
Subvenção Governamental	14.197	2.640	-	-
Incentivos fiscais	837	-	-	-
Perda na alienação de ativos	(422)	(5.166)	-	-
Diferença s/ alíquota na mensuração de impostos	12.454	51.155	-	-
Outros Ajustes	3.008	(8.805)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.324)	(72.991)	(65.324)	(72.991)
Impostos correntes	(55.214)			

	2023		2022		Ativos
	Valor Líquido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido	Passivo Fiscal Diferido	
Provisões p/ contingências fiscais	3.905	3.905	-	-	Caixa e equivalentes de caixa
Desconto incondicional Viterba	1.245	1.245	-	-	Nível 1 153.464
Redução por impairment de ativos	1.548	1.548	-	1.470	Títulos e valores mobiliários
Variação cambial	46.741	46.741	-	63.889	Nível 2 23.433
Leasing Financeiro	667	667	-	243	Contas a receber
Juros a Capitalizar (3.996)	-	(3.996)	(4.293)	-	Nível 2 15.476
Dano patrimonial (35.902)	-	(35.902)	(37.864)	-	Créditos com partes relacionadas
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	19.512	59.410	(39.898)	29.622	Nível 2 318.884
Compensação de Imposto	-	(39.898)	39.898	-	Passivos
Saldo Líquido Apresentados no Ativo/Passivo	19.512				Fornecedores

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo Inicial	29.622	71.228
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(10.110)	(41.606)
Saldo Final	19.512	29.622

23. Instrumentos financeiros – 23.1 Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, os valores justos estimados dos instrumentos são os mesmos dos valores contabilizados exceto para empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	2023	2022
Ativos		
Valor justo por meio do resultado:		
Títulos e valores mobiliários	Nível 2 23.433	110.845
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1 153.464	26.393
Contas a receber	Nível 2 15.476	28.299
Créditos com partes relacionadas	Nível 2 318.884	199.481
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado:		
Fornecedores	Nível 2 46.712	50.513
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2 13.586	17.746
Empréstimos e financiamentos	Nível 2 913.044	982.540
Passivo de arrendamento	Nível 2 112.696	23.935
Dividendos a pagar	Nível 2 -	435

Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

23.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado: Os instrumentos financeiros da Companhia, segregados entre ativos classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, e passivos classificados por meio do custo amortizado. São substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2023, estão apresentados a seguir.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 17 de outubro de 2023, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

	Valor Justo 2023	Valor Contábil 2022	Valor Justo 2023	Valor Contábil 2022
Caixa e equivalentes de caixa	153.464	26.393	153.464	26.393
Títulos e valores mobiliários	23.433	110.845	23.433	110.845
Contas a receber	15.476	28.299	15.476	28.299
Créditos com partes relacionadas	318.884	199.481	318.884	199.481
Passivos				
Fornecedores	46.712	50.513	46.712	50.513
Empréstimos e financiamentos	913.044	982.540	913.044	982.540
Dividendos a pagar	-	435	-	435
Passivo de arrendamento	112.696	23.935	112.696	23.935

23.3 Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos: A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descausamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. **23.4 Gerenciamento de riscos: a) Visão geral:** Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, no comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como nas características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital.

23.4.1 Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos: Risco de crédito: É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou sua contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. **a) Contas a receber:** Conforme mencionado em nota explicativa nº 6 da Companhia após análise e aplicabilidade das políticas de contas a receber não possui perda relevante para suas demonstrações financeiras. **b) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Quanto as aplicações financeiras, os recursos são alocados em fundos de investimentos e instituições financeiras de primeira linha, com rating AA.

	Rating Local	Rating Global
Santander Itaú XP	AAA	BB
Banco do Brasil JP Morgan Citibank	AAA	BB+
	AAA	BB
	AA	BB
	-	AA-
	AAA	A+

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	153.464	26.393
Contas a receber	15.476	28.299
Títulos e valores mobiliários	23.433	110.845
Créditos com partes relacionadas	318.884	199.481
Total	511.257	365.018

Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o

pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia possui as respectivas obrigações:

Risco de Liquidez	2023			
	Próximos 12 meses	Próximos 24 meses	Próximos 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores (Nota 12)	46.712	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	18.115	-	-	894.929
Passivo de arrendamento	14.840	14.488	15.677	67.691

(*) O valor possui juros contratuais conforme abertura da nota 13.

Risco de taxa de juros: Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

Variação das Taxas de Juros Instrumentos financeiros	Risco	Taxa	Taxa Estimada		
			cenário Provável	cenário Possível	cenário Remoto
Títulos e valores mobiliários	CDI	11,65%	8,99%	10,49%	9,90%

Variação cambial: Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida à qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes, classificados como provável, possível e remoto. Os variáveis consideradas estão descritas na tabela abaixo, seguida da sensibilidade. O cenário I considera as taxas de câmbio futuras observadas na data-base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram o aumento de 10% e 15%, respectivamente, na variável de risco considerada.

Taxa Estimada	Risco	Taxa	Taxa Estimada		
			cenário Provável	cenário Possível	cenário Remoto
Saldo em 31/12/2023	USD	4,8413	5,2500	5,3254	5,5675
Total			71.735	6.056	7.174

Nota de Crédito de Exportação

23.5 Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total dos passivos circulante e não circulante	(1.290.395)	(1.198.484)
Caixa e equivalentes de caixa	153.464	26.393
Títulos e valores mobiliários	23.433	110.845
(Insuficiência) sobre líquida de caixa	(1.113.498)	(1.061.246)
Patrimônio líquido	1.188.757	982.556

24. Seguros – A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, embarcações e barcas e, também, para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	2023	2022
Responsabilidade Civil		
Riscos Cibernéticos	10.000	-
Riscos Operacionais		
Casco Marítimo	1.760.852	-
Proteção e Indenização	935.851	-

25. Subvenção e assistências governamentais – SUDAM: Lucro da Exploração – SUDAM é um incentivo fiscal concedido às pessoas

Fabio Abreu Schettino	Gleize Franceschini Gealh	Felipe Nezio de Castro
Diretor Presidente	Vice-Presidente de Operações	Contador CRC 324.785/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de julho de 2024.

Ernst & Young Auditores Independentes S/O Ltda.
CRC SP 034.519/O

Carlos Augusto Amado Junior
Contador
CRC SP-292320/O

Hidrovias Brasil Vila Conde Balanco 2023 pdf
Código do documento 41bc3959-f6fb-4beb-bc03-57c288f7ed68



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

30 Jul 2024, 07:37:49

Documento 41bc3959-f6fb-4beb-bc03-57c288f7ed68 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2024-07-30T07:37:49-03:00

30 Jul 2024, 07:37:56

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2024-07-30T07:37:56-03:00

30 Jul 2024, 07:38:04

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 187.255.194.137 (bbffc289.virtua.com.br porta: 26816) - **Geolocalização: -1.4282286 -48.4649933** - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2024-07-30T07:38:04-03:00

Hash do documento original

(SHA256):0326896959d5476c781b8859f38b7e6338d14a10797b317429c5a282f7e8529b

(SHA512):90220ae197393790ba90218ae68a008100b2c039a0088c402b748d7570c83f6f28cf75f4d497d8afd8c0088be89aedbd66185845989e3efdc0137cfd532e001f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign